

Demonstrações Financeiras

Individuais

Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil

2022



Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Financeiras ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado Acumulado ... 5

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 7

Demonstração do Valor Adicionado ... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 46

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No exercício de 2022, a Bradesco Leasing registrou lucro líquido de R\$ 305 milhões, correspondendo a R\$ 12.914,36 por ação e patrimônio líquido de R\$ 3.516 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 8,7% sobre o patrimônio líquido. O total de ativos somava R\$ 10.917 milhões, destacando-se R\$ 6.508 milhões em títulos e valores mobiliários e R\$ 3.229 milhões em operações de arrendamento mercantil de leasing financeiro, registrados a valor presente. A Instituição possuía 5.605.986.711 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 146.982 milhões. A Instituição possuía participação societária de 1,78% na empresa Serel Participações em Imóveis S.A.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo			
Disponibilidades	04	5.719	6.752
Instrumentos financeiros		6.509.678	5.615.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez	05	1.561	1.389
Títulos e valores mobiliários	06	6.508.117	5.614.153
Operações de arrendamento mercantil	07	3.228.821	3.059.143
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(42.429)	(52.345)
Operações de arrendamento mercantil	07	(42.429)	(52.345)
Créditos tributários	20c	371.355	360.628
Investimentos em coligadas	08	45.440	41.879
Imobilizado de uso	09	25.444	25.444
Depreciações	09	(22.394)	(22.378)
Outros ativos	10	795.386	777.612
Total do ativo		10.917.020	9.812.277

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo			
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.755.272	6.011.869
Depósitos interfinanceiros	11aI	647.864	576.925
Recursos de emissão de títulos	11bI	6.107.408	5.434.944
Provisões		94.659	116.540
Outras Provisões	12	94.659	116.540
Impostos Diferidos	20c	465.902	320.742
Outros Passivos	13	84.778	79.016
Total do Passivo		7.400.611	6.528.167
Patrimônio Líquido			
Capital Social	14	2.312.267	2.312.267
Reservas de Lucros	14	1.204.103	971.857
Ajuste de Avaliação Patrimonial		39	(14)
Total do Patrimônio Líquido		3.516.409	3.284.110
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.917.020	9.812.277

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	R\$ mil		
		2º semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
			2022	2021
Receitas da Intermediação Financeira		1.286.586	2.351.176	1.473.633
Operações de Crédito	07hII	5.565	9.533	17.055
Operações de Arrendamento Mercantil	07h	872.121	1.637.231	1.233.094
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	06b	408.900	704.412	223.484
Despesas da Intermediação Financeira		(1.062.753)	(1.971.235)	(1.271.945)
Operações de Captações no Mercado	11aII e 11bII	(434.680)	(773.493)	(265.760)
Operações de Empréstimos e Repasses	11aIII	-	-	(5)
Operações de Arrendamento Mercantil	07h	(628.073)	(1.197.742)	(1.006.180)
Resultado da Intermediação Financeira		223.833	379.941	201.688
Reversão de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		1.349	9.016	10.387
Operações de arrendamento mercantil	07hI	1.349	9.016	10.387
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		225.182	388.957	212.075
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		22.341	74.312	(516.033)
Despesas Administrativas	15	(6.260)	(16.926)	(134.175)
Despesas Tributárias	16	(19.125)	(35.012)	(97.543)
Resultado de Participações em Coligadas	08	1.984	3.541	1.202
Outras Receitas Operacionais	17	36.487	123.913	33.394
Outras Despesas Operacionais	18	(7.653)	(14.222)	(304.703)
Reversões/(despesas) de provisões		16.908	13.018	(14.208)
- Fiscais	12	15.649	15.649	-
- Cíveis	12	1.259	(2.631)	(14.208)
Resultado operacional		247.523	463.269	(303.958)
Resultado não operacional	19	(6.223)	(1.506)	(6.941)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		241.300	461.763	(310.899)
Imposto de renda e contribuição social	20	(69.603)	(157.178)	121.905
Lucro/(prejuízo) líquido		171.697	304.585	(188.994)
Lucro por ação em R\$		7.279,91	12.914,36	(8.013,33)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Lucro/(prejuízo) líquido do período	171.697	304.585	(188.994)
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	196	53	75
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	196	53	75
- De coligadas	196	53	75
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Total dos ajustes não incluídos no lucro/(prejuízo) líquido	196	53	75
Resultado abrangente do período	171.893	304.638	(188.919)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.312.267	293.657	867.194	(89)	-	3.473.029
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	75	-	75
Prejuízo líquido	-	-	-	-	(188.994)	(188.994)
Destinações:	-	-	-	-	-	-
- Absorção de prejuízo com reservas	-	-	(188.994)	-	188.994	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.312.267	293.657	678.200	(14)	-	3.284.110
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	53	-	53
Lucro líquido	-	-	-	-	304.585	304.585
Destinações:	-	-	-	-	-	-
- Reservas	-	15.229	217.017	-	(232.246)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(72.339)	(72.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.312.267	308.886	895.217	39	-	3.516.409
Saldos em 30 de junho de 2022	2.312.267	300.301	772.883	(157)	-	3.385.294
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	196	-	196
Lucro líquido	-	-	-	-	171.697	171.697
Destinações:	-	-	-	-	-	-
- Reservas	-	8.585	122.334	-	(130.919)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(40.778)	(40.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.312.267	308.886	895.217	39	-	3.516.409

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Descrição	R\$ mil					
	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro			
	2022	%	2022	%	2021	%
1 – Receitas	1.327.454	509,7	2.481.395	499,5	1.191.564	(558,5)
1.1) Intermediação Financeira	1.286.586	494,0	2.351.176	473,3	1.473.633	(690,7)
1.2) Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.349	0,5	9.016	1,8	10.387	(4,9)
1.3) Outras	39.519	15,2	121.203	24,4	(292.456)	137,1
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(1.062.753)	(408,1)	(1.971.235)	(396,8)	(1.271.945)	596,2
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(6.252)	(2,4)	(16.911)	(3,4)	(134.160)	62,9
Jurídicas processuais	(632)	(0,2)	(6.243)	(1,3)	(11.435)	5,4
Serviços Técnicos Especializados	(3.683)	(1,5)	(6.699)	(1,3)	(115.894)	54,3
Seguros	(1)	-	(1)	-	(3.383)	1,6
Serviços do Sistema Financeiro	(902)	(0,3)	(2.174)	(0,4)	(1.208)	0,6
Propaganda, Promoções e Publicidade	(365)	(0,1)	(651)	(0,1)	(1.130)	0,5
Processamento de Dados	(192)	(0,1)	(304)	(0,1)	(431)	0,2
Serviços de Terceiros	(247)	(0,1)	(459)	(0,1)	(399)	0,2
Outras	(230)	(0,1)	(380)	(0,1)	(281)	0,1
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	258.449	99,2	493.249	99,3	(214.542)	100,6
5 – Depreciação e Amortização	(8)	-	(15)	-	(16)	-
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	258.441	99,2	493.234	99,3	(214.558)	100,6
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.984	0,8	3.541	0,7	1.202	(0,6)
Resultado de Participações em Coligadas	1.984	0,8	3.541	0,7	1.202	(0,6)
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	260.425	100,0	496.775	100,0	(213.356)	100,0
9 – Distribuir Valor Adicionado	260.425	100,0	496.775	100,0	(213.556)	100,0
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	88.728	34,1	192.190	38,7	(24.362)	11,4
Federais	79.962	30,7	174.913	35,2	(112.954)	52,9
Municipais	8.766	3,4	17.277	3,5	88.592	(41,5)
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	171.697	65,9	304.585	61,3	(188.994)	88,6
Dividendos Pagos e/ou Provisionados	40.778	15,6	72.339	14,5	-	-
Lucros Retidos do período	130.919	50,3	232.246	46,8	(188.994)	88,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	241.300	461.763	(310.899)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	232.845	475.963	837.614
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.349)	(9.016)	(10.387)
Depreciação e Amortização	549.109	1.068.904	947.313
Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	(20.832)	(13.771)	19.402
Resultado de Participações em Coligadas	(1.984)	(3.541)	(1.202)
Superveniência de Depreciação	(301.852)	(573.866)	(125.851)
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	6.603	1.868	7.310
Outros	3.150	5.385	1.029
Lucro Líquido antes dos Impostos	474.145	937.726	526.715
(Aumento) / Redução nas Variações em Ativos	(772.467)	(1.579.357)	(257.832)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(97)	(172)	(59)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	(364.792)	(893.964)	1.098.841
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(397.873)	(665.601)	(1.395.321)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(9.705)	(19.620)	38.707
(Redução) / Aumento nas Variações em Passivos	(87.830)	(31.877)	498.550
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	(65.796)	70.939	576.661
Aumento/(Redução) em Outras Provisões	(11.073)	(23.354)	(67.613)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	10.734	(46.097)	24.960
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.695)	(33.365)	(35.458)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(386.152)	(673.508)	767.433
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Dividendos Recebidos	-	11	7
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	11	7
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	378.897	672.464	(746.600)
Dividendos pagos	-	-	(21.862)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	378.897	672.464	(768.462)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.255)	(1.033)	(1.022)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	12.974	6.752	7.774
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	5.719	5.719	6.752
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.255)	(1.033)	(1.022)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 04.

d) Instrumentos financeiros**i. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 05.

ii. Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo baseia-se, geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 06.

e) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

i. Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente (Nota 07b).

ii. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

São registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas (Nota 07b).

O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual (Nota 07b).

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na

vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20% (Nota 07i).

iv. Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 07i).

v. Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens “ii” a “iv” acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente, no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 07i).

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação e receitas das operações de arrendamento mercantil, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 07.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos

contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 20.

h) Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas

Os investimentos em empresas coligadas e de controle compartilhado, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das empresas coligadas está apresentada na Nota 08.

i) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso – 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de transportes – 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados – de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 09.

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício.

Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou

prestações de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Adicionalmente, em outros ativos estão demonstrados os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 10.

k) Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

A composição das operações está apresentada na Nota 11.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de debêntures, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, as composições dos respectivos saldos dessas captações estão sendo apresentadas na Nota 11.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação

das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 12.

n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 24.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 24 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	5.719	6.752
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.719	6.752

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos**

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021
	Acima de 360 dias	Total	
Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.561	1.561	1.389
Em 31 de dezembro de 2022	1.561	1.561	
%	100,0	100,0	
Em 31 de dezembro de 2021	1.389		1.389
%	100,0		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	97	173	59
Total (Nota 6b)	97	173	59

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro de 2022					Em 31 de dezembro de 2021	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação	6.482.468	25.649	6.508.117	6.508.117	-	5.614.153	(11)
Letras financeiras do tesouro	-	25.649	25.649	25.649	-	26.934	(11)
Cotas de fundos de investimentos (3)	6.482.468	-	6.482.468	6.482.468	-	5.587.219	-
Total geral	6.482.468	25.649	6.508.117	6.508.117	-	5.614.153	(11)

(1) No encerramento do período a Instituição possuía R\$ 6.482.468 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 5.587.219 mil), aplicados em fundos integrantes da Organização;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Aplicações incluem cotas do Bradesco FIF RF 176 Performance, Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Andrômeda e Alpha Fim Crédito Privado Investimento no Exterior.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	97	173	59
Aplicações de renda Fixa	1.598	2.901	1.217
Aplicação em cotas de fundos	407.205	701.338	222.208
Total	408.900	704.412	223.484

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

- a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.
- b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Arrendamentos financeiros a receber	2.250.628	2.133.249
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(2.207.556)	(2.098.334)
Bens arrendados e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7i)	6.244.527	5.989.733
Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros (Nota 7i)	(1.127.009)	(1.504.715)
- Depreciações acumuladas	(2.629.992)	(2.433.832)
- Superveniência de depreciação	1.502.983	929.117
Valor residual garantido antecipado	(1.931.769)	(1.460.790)
Total do valor presente (1)	3.228.821	3.059.143

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 3.194.516 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 3.026.821 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares.

- c) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	R\$ mil									
	Níveis de risco									Em 31 de dezembro de 2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	635.270	1.163.817	1.380.273	14.686	5.642	3.972	1.284	14.703	9.174	3.228.821
Total em 31 de dezembro de 2022	635.270	1.163.817	1.380.273	14.686	5.642	3.972	1.284	14.703	9.174	3.228.821
Total em 31 de dezembro de 2021	314.597	1.214.704	1.450.437	32.782	7.739	6.346	121	16.991	15.426	3.059.143

d) Composição das operações de crédito por nível de risco e faixas de vencimento

	Níveis de risco									R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Curso normal	635.270	1.163.817	1.380.201	10.605	5.175	3.527	323	14.703	8.082	3.221.703	3.050.806
Parcelas vincendas	631.954	1.160.084	1.378.988	10.375	5.165	3.479	316	14.703	8.078	3.213.142	3.050.382
1 a 30	3.994	412	1.033	6	-	-	-	-	19	5.464	99.413
31 a 60	1.911	16.032	2.642	-	-	-	-	-	67	20.652	125.650
61 a 90	5.123	18.990	2.037	-	-	-	-	-	-	26.150	97.521
91 a 180	2.788	6.049	8.044	25	19	-	-	-	287	17.212	269.666
181 a 360	8.430	31.989	46.872	-	222	522	-	-	47	88.082	505.075
Acima de 360	609.708	1.086.612	1.318.360	10.344	4.924	2.957	316	14.703	7.658	3.055.582	1.953.057
Vencidas até 14 dias	3.316	3.733	1.213	230	10	48	7	-	4	8.561	424
Curso anormal	-	-	72	4.081	467	445	961	-	1.092	7.118	8.337
Parcelas vencidas	-	-	4	214	50	47	42	-	161	518	2.177
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37
15 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	294
31 a 60	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4	305
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116
91 a 180	-	-	-	-	3	-	-	-	58	61	679
181 a 360	-	-	-	69	5	-	-	-	49	123	746
Acima de 360	-	-	-	145	42	47	42	-	54	330	-
Parcelas vincendas	-	-	68	3.867	417	398	919	-	931	6.600	6.160
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	321
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	436
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173
91 a 180	-	-	-	-	10	-	-	-	62	72	871
181 a 360	-	-	-	269	42	-	-	-	50	361	1.456
Acima de 360	-	-	68	3.598	365	398	919	-	819	6.167	2.903
Total geral	635.270	1.163.817	1.380.273	14.686	5.642	3.972	1.284	14.703	9.174	3.228.821	3.059.143
Provisão mínima requerida	-	5.819	13.803	441	564	1.192	642	10.290	9.174	41.925	51.619
Provisão complementar	256	29	42	59	49	-	17	52	-	504	726
Provisão existente	256	5.848	13.845	500	613	1.192	659	10.342	9.174	42.429	52.345

I) Segregação de prazo por operação

Exposição – Arrendamento Mercantil	R\$ mil						
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Total
Em 31 de dezembro de 2022	2.776.131	445.430	5.870	889	402	99	3.228.821
Em 31 de dezembro de 2021	2.839.693	210.799	1.893	826	565	5.367	3.059.143

e) Concentração das operações de arrendamento mercantil

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022	% (1)	Em 31 de dezembro de 2021	% (1)
Maior devedor	186.514	6,4	192.399	6,3
Dez maiores devedores	952.850	32,9	1.048.094	34,3
Vinte maiores devedores	1.325.949	45,8	1.431.036	46,8
Cinquenta maiores devedores	1.945.654	67,2	1.976.877	64,6
Cem maiores devedores	2.469.945	85,3	2.390.937	78,2

(1) Em relação ao total da carteira – critério Bacen.

f) Setor de atividade econômica

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022	%	Em 31 de dezembro de 2021	%
Setor privado	3.228.821	100,0	3.059.143	100,0
Pessoa jurídica	3.087.191	95,6	2.925.750	95,6
Serviços Diversos	615.195	19,3	489.785	16,0
Varejo	608.028	18,8	628.564	20,5
Atividades Imobiliárias e Construção	316.078	9,8	265.179	8,7
Transportes e Concessão	255.276	7,9	348.877	11,4
Holding	233.420	7,2	203.418	6,6
Atacado	216.955	6,7	255.949	8,4
Química	106.982	3,3	39.495	1,3
Embalagens	101.159	3,1	41.210	1,3
Açúcar e Álcool	71.411	2,2	80.011	2,6
Trading	66.089	2,0	85.459	2,8
Alimentícia	61.549	1,9	48.203	1,6
Educação	53.032	1,6	44.506	1,5
Automobilística	39.520	1,2	40.378	1,3
Lazer e turismo	39.242	1,2	43.021	1,4
Financeiro	32.056	1,0	40.387	1,3
Demais setores	271.199	8,4	271.308	8,9
Pessoa física	141.630	4,4	133.393	4,4
Total	3.228.821	100,0	3.059.143	100,0

g) Movimentação da carteira de renegociação

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	63.125	63.918
Renegociação	9.470	33.575
Recebimentos	(24.802)	(31.412)
Baixas	(2.106)	(2.956)
Saldo final em 31 de dezembro	45.687	63.125
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	20.147	23.005
Percentual sobre a carteira de renegociação	44,1%	36,4%

h) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Receitas de arrendamento mercantil	872.121	1.637.231	1.233.094
Despesas de arrendamento mercantil	(628.073)	(1.197.742)	(1.006.180)
Depreciações	(510.695)	(993.700)	(881.670)
Insuficiência de depreciação	-	-	(19.108)
Valor residual garantido antecipado	(76.902)	(125.433)	(27.791)
Amortização	(38.407)	(75.189)	(65.627)
Outras	(2.069)	(3.420)	(11.984)
Total	244.048	439.489	226.914

i) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
- Provisão específica (1)	6.837	13.661
- Provisão genérica (2)	44.782	50.590
- Provisão complementar (3)	726	545
Saldo inicial em 1º de janeiro	52.345	64.796
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.016)	(10.387)
Baixas	(900)	(2.064)
Saldo final em 31 de dezembro	42.429	52.345
- Provisão específica (1)	1.875	6.837
- Provisão genérica (2)	40.050	44.782
- Provisão complementar (3)	504	726

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

II) Recuperações

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	5.565	9.533	17.055

(1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do Bacen.

i) Imobilizado de arrendamento (1)

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Aeronaves	3.105.631	2.593.200
Máquinas e equipamentos	1.786.099	1.734.291
Veículos e afins	850.712	1.068.612
Outros	115.469	210.031
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquidas) (Nota 3e – iv)	386.616	383.599
Total de bens arrendados (Nota 7b)	6.244.527	5.989.733
Depreciação acumulada de bens arrendados	(2.629.992)	(2.433.832)
Superveniência de depreciação (Nota 3e – v)	1.502.983	929.117
Total da depreciação acumulada (Nota 7b)	(1.127.009)	(1.504.715)
Imobilizado de arrendamento	5.117.518	4.485.018

(1) A Bradesco Leasing apurou no período, superveniência de depreciação, registrada em imobilizado de arrendamento, no montante de R\$ 573.866 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 121.076 mil), sendo registrado totalmente em resultado do período.

8) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de “Resultado de Participação em Coligadas”:

R\$ mil									
Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
						Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro
									2022 2021
Serel Participações em Imóveis S.A (1) (2)	700.000	2.581.481	257	1,7807%	198.862	45.440	41.879	1.984	3.541 1.202
Total						45.440	41.879	1.984	3.541 1.202

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 528 mil).

9) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Imóveis de uso:					
- Terrenos	-	2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.730	(22.394)	336	352
Total em 2022		25.444	(22.394)	3.050	
Total em 2021		25.444	(22.378)		3.066

10) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Tributos antecipados	509.690	484.494
Devedores por depósitos em garantia	272.578	278.166
Outros	13.118	14.952
Total	795.386	777.612

11) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Depósitos****I) Depósitos interfinanceiros**

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021
	1 a 30 dias	180 a 360 dias	Total	
- Depósitos interfinanceiros	647.864	-	647.864	576.925
Total em 2022	647.864	-	647.864	
%	100,0	-	100,0	
Total em 2021	476.367	100.558		576.925
%	82,6	17,4		100,0

II) Despesa de Captação

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Depósitos Interfinanceiros	46.005	82.262	7.506
Total	46.005	82.262	7.506

III) Despesas de operações de empréstimos e repasses

Não houve despesas de operações FINAME no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em 2021 - R\$ 5 mil).

b) Recurso de emissão de títulos – Debêntures

- I) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos “Certificados de depósitos interfinanceiros”, conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	R\$ mil	
				Em 31 de dezembro	
				Valor contábil	
				2022	2021
Fevereiro/2005	4.000.000	2025	100% CDI	41.836	37.230
Fevereiro/2005	4.050.000	2025	100% CDI	3.349.391	2.980.601
Fevereiro/2005	8.775.000	2025	100% CDI	1.528.881	1.360.542
Janeiro/2008	6.750.000	2028	100% CDI	202.376	180.093
Junho/2011	4.750.000	2026	100% CDI	984.924	876.478
Total	28.325.00			6.107.408	5.434.944

II) Despesas de debêntures

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Despesas de debêntures	388.675	691.231	258.254
Total	388.675	691.231	258.254

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm

acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

III - Movimentação das provisões

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	69.012	47.528
Atualização monetária	4.526	5.515
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.630	(26.443)
Pagamentos	(13.812)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62.356	26.600

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 31 de dezembro de 2022, R\$ 57.541 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 53.287 mil) para os processos cíveis e R\$ 418.240 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 438.549 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 161.534 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 166.959 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; e
- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 138.835 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 131.505 mil).

13) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Fiscais e previdenciárias	8.743	65.337
Credores Diversos	2.539	2.609
Sociais e estatutárias	72.339	-
Outros	1.157	11.070
Total	84.778	79.016

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 – 23.585), nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Reservas de lucros	1.204.103	971.857
Reserva Legal (1)	308.886	293.657
Reservas Estatutárias (2)	895.217	678.200

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	304.585	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	15.229	
Base de cálculo	289.356	
Dividendos propostos em 2022	72.339	25,0
Dividendos propostos em 2021 (2)	-	-

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo;

(2) Em 2021 não houve destinação de dividendos devido ao prejuízo no exercício.

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Jurídicas processuais	632	6.243	11.435
Serviços técnicos especializados	3.683	6.699	115.894
Serviços do sistema financeiro	902	2.174	1.208
Propaganda, promoção e publicidade	365	651	1.130
Processamento de dados	192	304	431
Serviços de Terceiros	247	459	399
Outras	239	396	3.678
Total	6.260	16.926	134.175

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	8.766	17.277	88.592
Contribuição à Cofins	8.900	15.058	7.538
Contribuição ao PIS	1.446	2.447	1.225
Outras	13	230	188
Total	19.125	35.012	97.543

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Variação monetária ativa	22.451	40.669	12.876
Atualização monetária sobre depósito vinculado	9.635	18.422	10.858
Rendas de outros serviços	545	1.575	2.103
Reversão de provisões operacionais	603	59.742	6.799
Outras	3.253	3.505	758
Total	36.487	123.913	33.394

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Atualização Monetária	6.869	10.772	303.017
Outras provisões	751	3.398	1.559
Descontos concedidos	33	52	127
Total	7.653	14.222	304.703

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Ganho/(Prejuízo) na alienação de outros valores e bens	64	(271)	(169)
Reversão/(Provisão) para desvalorização de outros valores e bens	(6.603)	(1.868)	(7.309)
Receita de aluguel (Nota 21a)	316	633	537
Total	(6.223)	(1.506)	(6.941)

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	241.300	461.763	(310.899)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 03g)	(96.520)	(184.705)	124.359
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas	793	1.416	481
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(42)	(55)	(2.898)
Outros valores	26.166	26.166	(37)
Imposto de renda e contribuição social do período	(69.603)	(157.178)	121.905

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.567)	(22.745)	-
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(84.646)	(180.797)	(53.750)
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(7.910)	(16.017)	-
Prejuízo fiscal	-	(3.383)	-
Constituição no período sobre:			
Base negativa de contribuição social	-	-	54.520
Prejuízo fiscal	31.520	65.764	121.135
Total dos impostos diferidos	(61.036)	(134.433)	121.905
Imposto de renda e contribuição social do período	(69.603)	(157.178)	121.905

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização / Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	108.050	-	(3.606)	104.444
Provisões cíveis	27.604	1.810	(4.472)	24.942
Provisões fiscais	8.718	2.206	(6.223)	4.701
Impairment de títulos e investimentos	662	-	-	662
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	6.184	3.018	(3.527)	5.675
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	4	-	(4)	-
Outros	32.995	1.069	(25.908)	8.156
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	184.217	8.103	(43.740)	148.580
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	176.411	65.764	(19.400)	222.775
Total dos créditos tributários (Nota 03g)	360.628	73.867	(63.140)	371.355
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20e)	320.742	150.835	(5.675)	465.902
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	39.886	(76.968)	(57.465)	(94.547)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	13.079	7.848	26.644	22.100	69.671
2024	13.079	7.848	29.166	17.159	67.252
2025	11.306	6.783	32.300	-	50.389
2026	10.327	6.196	34.264	-	50.787
2027	9.466	5.680	36.261	-	51.407
2028	5.934	3.560	24.881	-	34.375
2029	5.934	3.561	-	-	9.495
2030	5.934	3.561	-	-	9.495
2031	5.934	3.560	-	-	9.494
2032	11.870	7.120	-	-	18.990
Total	92.863	55.717	183.516	39.259	371.355

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 329.416 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 329.266 mil), sendo: R\$ 128.365 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 168.793 mil) de diferenças temporárias e R\$ 201.051 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 160.473 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Superveniência de depreciação	232.279	143.466	-	375.745
Atualização de depósitos judiciais	88.463	7.369	(5.675)	90.157
Total dos impostos diferidos (Nota 20c)	320.742	150.835	(5.675)	465.902

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	Controlador		Coligadas	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Disponibilidades (Nota 04)	5.719	6.752	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 05a)	1.561	1.389	-	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 06a)	6.482.468	5.587.219	-	-
Dividendos a receber	-	-	34	11
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	647.864	576.925	-	-
Recursos de debêntures (Nota 11)	6.107.408	5.434.944	-	-
Dividendos a pagar	72.339	-	-	-

	R\$ mil			
	Acumulado em 31 de dezembro			
	Controlador		Coligadas	
	2022	2021	2022	2021
Receitas de intermediação financeira	701.511	222.267	-	-
Despesas de intermediação financeira	(773.493)	(265.760)	-	-
Receita de aluguel (Nota 19)	598	508	35	29
Despesa de comunicação	(124)	(102)	-	-
Despesa de comissões e taxas pagas	(158)	(119)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Gerenciamento de riscos

O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Risco de mercado

Análise de sensibilidade

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

		Carteira <i>Banking</i> (1)					
		Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(78)	(21.934)	(39.863)	(62)	(16.140)	(30.579)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	(6)	(770)	(1.437)	(2)	(187)	(353)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	1	105	208	(1)	(15)	(29)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	242	6.045	12.091	(340)	(8.510)	(17.020)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	739	18.468	36.936	(1.627)	(40.686)	(81.372)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros de papéis negociados no mercado internacional	3	268	473	(5)	(246)	(458)
Total sem correlação		901	2.183	8.407	(2.037)	(65.784)	(129.811)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,29 foi utilizado um cenário de R\$ 5,34, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi aplicado um cenário de 13,42%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,29 foi utilizado um cenário de R\$ 6,61, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi utilizado um cenário de 16,76%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,29 foi utilizado um cenário de R\$ 7,94, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi utilizado um cenário de 20,12%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

23) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	5.719	-	-	-	-	5.719
Instrumentos Financeiros	6.482.468	25.649	-	1.561	-	6.509.678
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	1.561	-	1.561
Títulos e valores mobiliários	6.482.468	25.649	-	-	-	6.508.117
Operações de Arrendamento Mercantil	14.025	64.151	88.566	3.062.079	-	3.228.821
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.815)	(7.762)	(7.793)	(25.059)	-	(42.429)
Créditos Tributários	-	34.833	34.833	301.689	-	371.355
Investimentos em Coligadas	-	-	-	-	45.440	45.440
Imobilizado de Uso	76	379	455	21.820	2.714	25.444
Depreciações	(75)	(373)	(448)	(21.498)	-	(22.394)
Outros Ativos	14.022	6.928	8.273	766.163	-	795.386
Total em 31 de dezembro de 2022	6.514.420	123.805	123.886	4.106.755	48.154	10.917.020
Total em 31 de dezembro de 2021	1.184.885	527.125	534.805	7.520.870	44.592	9.812.277
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	647.864	-	-	6.107.408	-	6.755.272
Recursos de instituições financeiras	647.864	-	-	-	-	647.864
Recursos de emissão de títulos	-	-	-	6.107.408	-	6.107.408
Provisões	-	-	-	94.659	-	94.659
Outras Provisões	-	-	-	94.659	-	94.659
Impostos Diferidos	-	-	-	465.902	-	465.902
Outros Passivos	34.357	889	49.532	-	-	84.778
Total do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	3.516.409	3.516.409
Total em 31 de dezembro de 2022	682.221	889	49.532	6.667.969	3.516.409	10.917.020
Total em 31 de dezembro de 2021	545.289	236	100.558	5.882.084	3.284.110	9.812.277

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2022 foi de R\$ 304.585 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

Nosso resultado contábil em 2021 foi de R\$ (188.994) mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 94.002 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (282.996) mil líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2021: i. Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura do Município de São Paulo – PPI em R\$ (282.996) mil.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.975 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações em relação as normas anteriores para arrendatários são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor.

A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) será aplicável a partir de 1º janeiro de 2025, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabucco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

Maurício Machado de Minas

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Octavio de Lazari Junior

Diretores Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Eurico Ramos Fabri

Rogério Pedro Câmara

Moacir Nachbar Junior

Diretores Gerentes

José Ramos Rocha Neto

Antonio José da Barbara

Diretor Adjunto

Oswaldo Tadeu Fernandes

Diretores

José Gomes Fernandes

Clayton Neves Xavier

Julio Cardoso Paixão

Francisco José Pereira Terra

Carlos Wagner Firetti

Diretor de Relações com Investidores

Antonio José da Barbara

Silvio José Alves
Contador – CRC 1SP202567/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda
Rua Verbo Divino, 1400, 1º - 4º andar, Chacára Santo Antônio
CEP 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Conselheiros e Administradores
Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (“Instituição” ou “Bradesco Leasing”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e e 7 a Bradesco Leasing registrou em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 42.429 mil de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa.

Para determinar a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa a Bradesco Leasing classifica as operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Bradesco Leasing complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de arrendamento mercantil e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo

aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Analizamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Organização Bradesco
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Organização Bradesco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Instituição e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que

poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



bradesco
leasing